

15ª Conferência Lusófona de Ciência Aberta

DIREITOS DE PUBLICAÇÃO SECUNDÁRIA NA UE

A Via Legislativa para o Acesso Aberto

Eduardo Santos

Knowledge Rights 21 /
NOVA IPSI - Knowledge Centre on Intellectual
Property & Sustainable Innovation, Faculdade de
Direito da Universidade NOVA de Lisboa.

Oumaima Derfoufi

NOVA IPSI - Knowledge Centre on Intellectual
Property & Sustainable Innovation, Faculdade de
Direito da Universidade NOVA de Lisboa.

AUTORES



Eduardo Santos

Investigador

Oumaima Derfoufi

Investigador



novaipsi.novalaw.unl.pt



[linkedin.com/in/nova-ipsi-911838252](https://www.linkedin.com/in/nova-ipsi-911838252)



[@nova_ipsi](https://twitter.com/nova_ipsi)



21st Century Access to Culture, Learning & Research



knowledgerights21.org



[knowledgerights21](https://www.linkedin.com/company/knowledgerights21)



[@KR21org](https://twitter.com/KR21org)



DIREITOS DE PUBLICAÇÃO SECUNDÁRIA NA UE

A Via Legislativa para o Acesso Aberto

Sumário

- Conceito
- Exemplos na UE
- Possíveis vantagens

«O Acesso Aberto parece um horizonte desejado para o qual não existe uma estrada clara e direta, mas sim muitos caminhos possíveis, por vezes complexos e interligados»

A via legislativa é um dos caminhos possíveis para o Acesso Aberto.

Direitos de Publicação Secundária (DPA)
(*Secondary Publishing Rights*)



Direitos de Publicação Secundária

«um direito, por vezes consagrado igualmente como obrigação, alcançado por via legislativa, que permite ao autor, e por vezes a outras entidades, disponibilizar publicamente obras científicas e académicas para além da sua publicação inicial, quando verificadas determinadas condições»

Simplificando: publicação paralela em acesso aberto

Países com DPS de artigos científicos:

- **Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Itália e Países Baixos**

Secondary Publishing Rights in Europe: Status, Challenges & Opportunities (2023)

Knowledge Rights 21, LIBER

- **Bulgária**

Lazarova, A. (2024)

- **(Eslovénia)**

Direito concedido ao autor



Obrigação / atribuído a terceiros

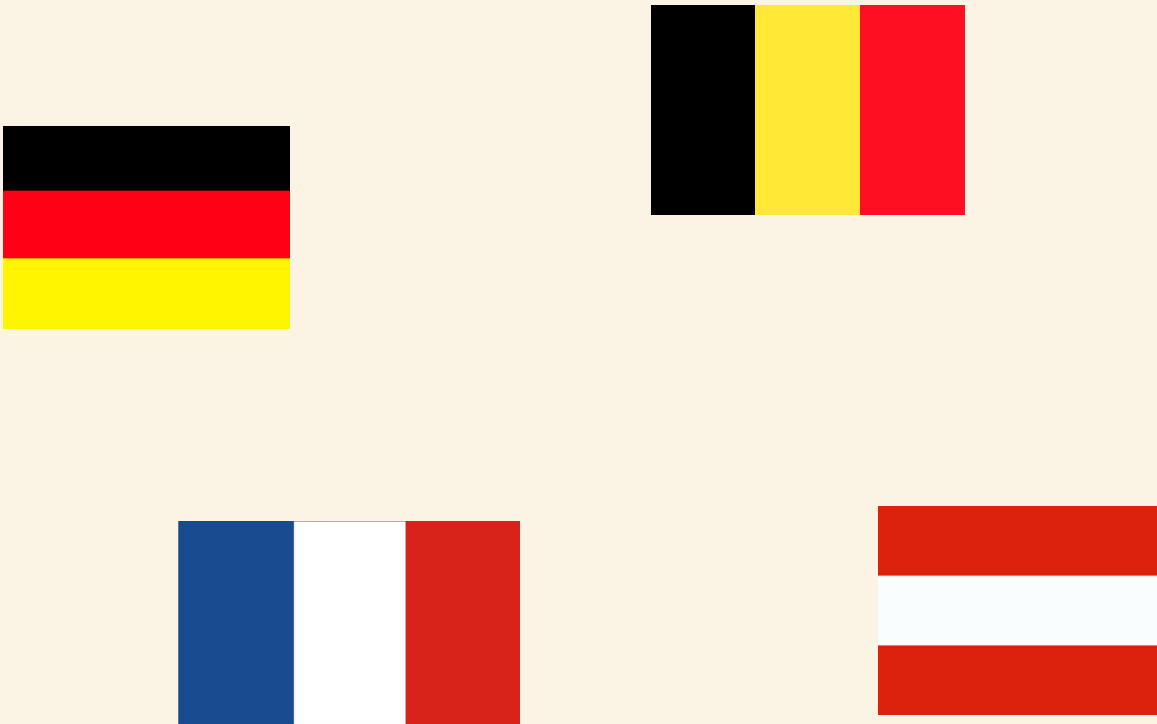


Obriga o recai sobre as entidades públicas que financiam

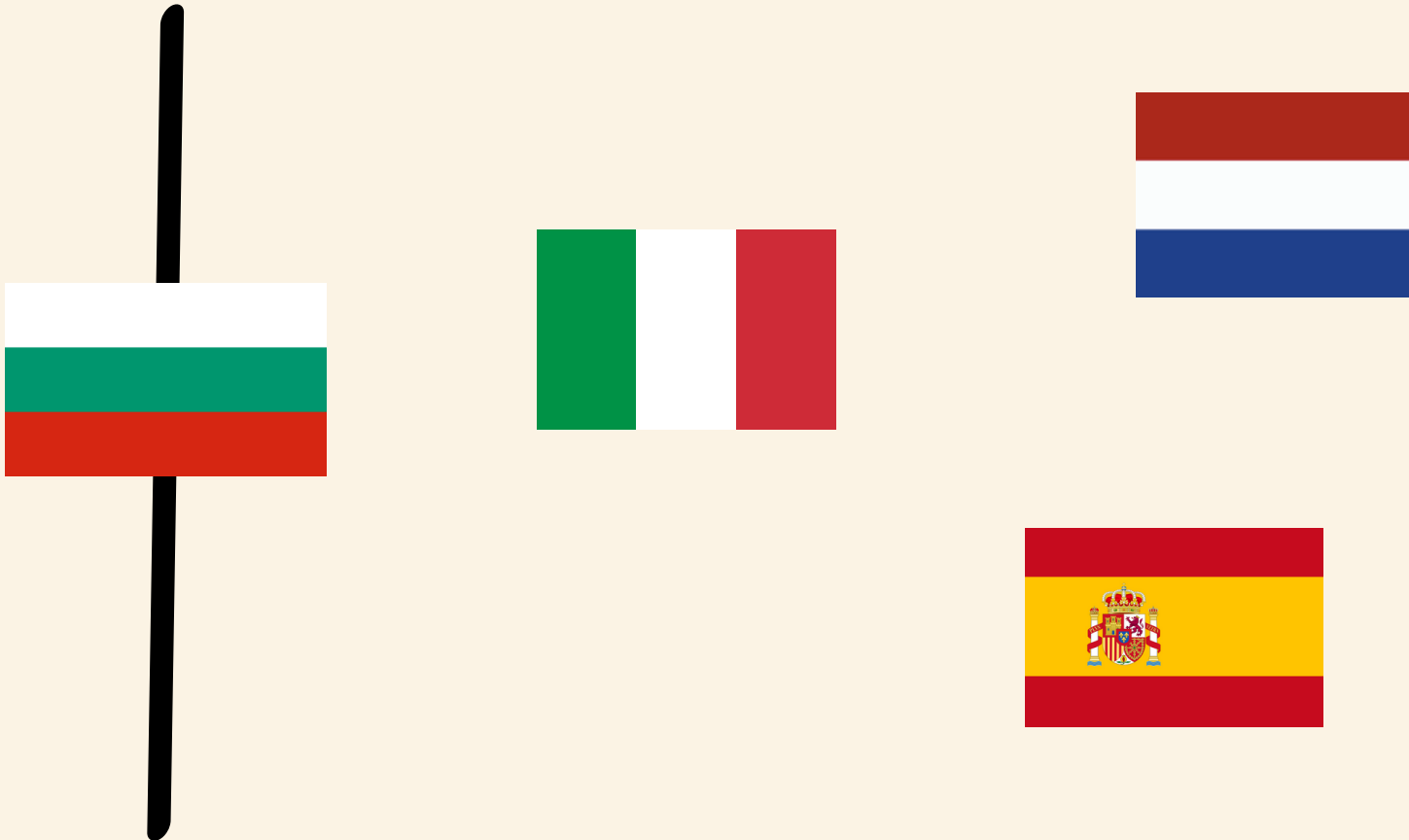


- **Obrigat rio** para autores financiados
- Entidades públicas devem encorajar

Manuscrito



Versão final

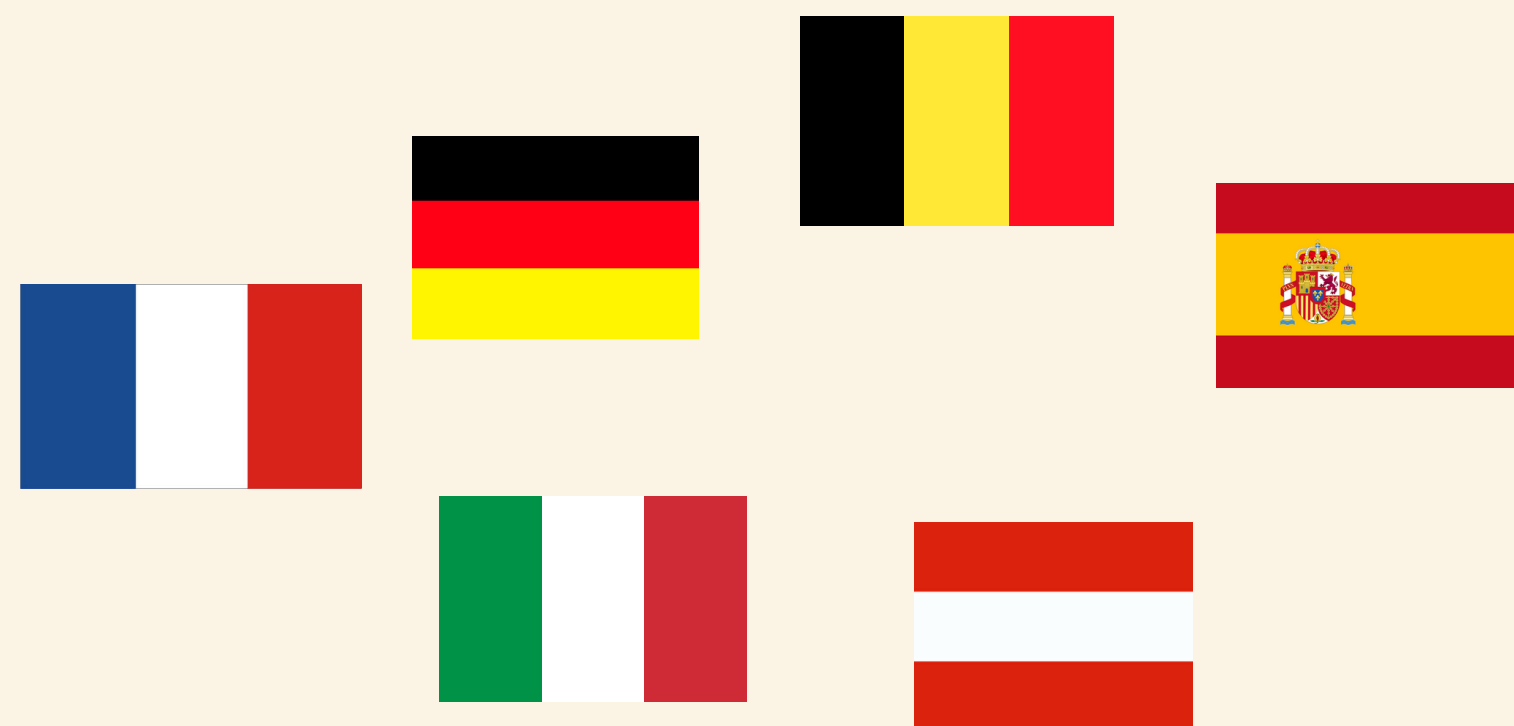


Períodos de embargo

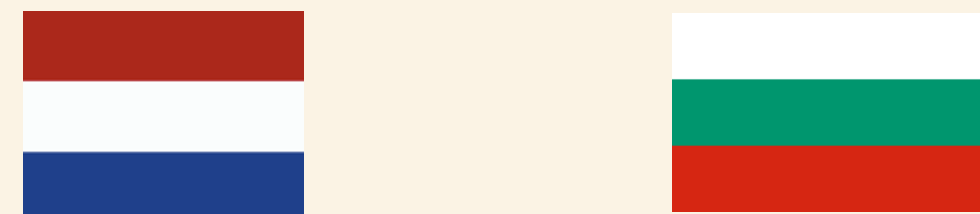
- **Alemanha, Áustria:** 12 meses.
- **Bélgica:** ciências sociais e humanas: 12 meses; outras ciências: 6 meses.
- **Bulgária, Espanha:** sem embargo.
- **França:** ciência, tecnologia e medicina: 6 meses; restantes: 12 meses.
- **Itália:** medicina: 18 meses; ciências sociais e humanas: 24 meses.
- **Países Baixos:** «período razoável»

Nível de financiamento público que gera o direito ou obrigação

Pelo menos metade financiado publicamente



Qualquer nível de financiamento público



Licenciamento da publicação secundária

- Nenhum dos países refere licenças de direito de autor a utilizar na publicação em acesso aberto.
- Metade dos países faz referência concreta ao conceito de acesso aberto, a outra metade limita-se a obrigar à disponibilização pública.

Algumas considerações:

- Parâmetros analisados individualmente estão na verdade interligados em cada sistema nacional, ainda que a sua lógica nem sempre seja fácil de perceber (eg. países que têm vários períodos de embargo).
- No caso da publicação secundária incidir sobre a versão final, por exemplo, seria de assumir justificar-se um período de embargo maior (Itália)?
- Contudo, Espanha e Bulgária conseguem combinar versões final com zero embargo.

DPS: TABELA

	Direito / obrigação e respetivo titular	Objeto	Período de embargo	Financiam. Público	Manuscrito ou versão final	Requisitos de licença
Alemanha	Direito do autor	Contribuições científicas	12 meses após primeira publicação	Pelo menos metade	Manuscrito	Sem requisitos
Áustria	Direito do autor	Contribuições científicas	12 meses após primeira publicação	Pelo menos metade	Manuscrito	Sem requisitos
Bélgica	Direito do autor	Artigos científicos	12 meses (ciências sociais e humanas) ou 6 meses (outras ciências) após primeira publicação	Pelo menos metade	Manuscrito	Acesso aberto
Bulgária	Direito do autor	Trabalhos de literatura <u>académica</u>	Zero embargo, publicável após aceitação da versão final	Total ou parcial	Manuscrito ou versão final	Sem requisitos
Espanha	Entidades públicas do sistema da Ciência, Tecnologia e Inovação. (devem encorajar) Autores financiados: obrigatório.	Publicações científicas, dados, códigos e metodologias.	Zero embargo (simultâneo)	Investigadores do sector público; Investigação financiada principalmente por fundos públicos.	Versão final	Acesso aberto
França	Direito do autor	Textos científicos	Versão final de acesso gratuito: imediato. Se versão final não for de acesso gratuito: 6 meses (ciência, tecnologia e medicina); 12 meses nos restantes casos, após primeira publicação.	Pelo menos metade	Manuscrito	Gratuito em formato aberto
Itália	Atribuída às entidades públicas responsáveis pelo financiamento de investigação, como obrigação.	Resultados de investigação	Área técnico-científica de medicina: 18 meses. Ciências sociais e humanas: 24 meses. n/a quando versão final está em A.A n/a a direitos de propriedade industrial	Pelo menos metade	Versão final	Acesso aberto
Países Baixos	Direito do autor	Trabalho <u>académico</u> curto	período razoável após publicação	Total ou parcial	Versão final	Sem requisitos

in: artigo a publicar

Vantagens

Medida legislativa:

- Maior clareza e previsibilidade. Regras iguais para todos e transparentes.
- Contraria as assimetrias de poder existentes no mercado, sobrepondo-se a regras contratuais.
- Liberta investigadores e instituições do peso que atualmente suportam na luta pelo Acesso Aberto. Se o Acesso Aberto é matéria de interesse público, deve caber ao Estado assumir esse papel.
- Mais difícil de reverter que outras políticas de acesso aberto, como políticas da entidade pública responsável pelo financiamento.
- Abrange qualquer tipo de financiamento público.

Contexto Europeu:

Momentum favorável

- Relatório Letta (Abril 2024): Propõe a **5ª Liberdade** de circulação no mercado único europeu: livre circulação da investigação, da inovação, do conhecimento e da educação.
- Há várias entidades a trabalhar arduamente no sentido de conseguir uma proposta legislativa europeia nesta área, incluindo a Knowledge Rights 21 e a Communia.
- Nova Comissão Europeia deverá apresentar propostas legislativas nesta área. DPS? outra coisa?
- E Portugal...?

Obrigado!

eduardo@leonardodossantos.pt